



## ARTIGO 3

# A Ludicidade como Mediadora da Inclusão: O Papel da Família, da Escola e da Sociedade no Desenvolvimento Integral da Criança

*Playfulness as a Mediator of Inclusion: The Role of the Family, the School, and Society in the Child's Integral Development*

SAIMO FERREIRA DE SOUZA<sup>1</sup>

ANNA CAROLINA HENRIQUE DE ABREU<sup>2</sup>

VANESSA BELLANI LYRA<sup>3</sup>

## RESUMO

Este estudo aborda a importância da ludicidade como ferramenta pedagógica para a promoção da inclusão escolar de crianças com deficiência, analisando o papel articulado da família, da escola e da sociedade nesse processo. A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter bibliográfico, fundamentou-se em artigos científicos, legislações e documentos oficiais publicados entre 2015 e 2024, identificando como o brincar contribui para o desenvolvimento cognitivo, psicomotor, social e emocional dos alunos. Os resultados evidenciam que a ludicidade favorece aprendizagens significativas, fortalece vínculos afetivos e promove ambientes acessíveis e acolhedores, tornando-se essencial para práticas inclusivas. Constatou-se também que a inclusão depende da cooperação entre os diferentes agentes sociais: a família, responsável pelo apoio emocional e continuidade das aprendizagens; a escola, enquanto espaço pedagógico que deve planejar práticas lúdicas intencionais; e a sociedade, que deve garantir políticas públicas, atitudes inclusivas e condições estruturais. Conclui-se que a integração entre ludicidade e inclusão fortalece a construção de uma educação humanizada, democrática e sensível à diversidade, reafirmando a necessidade de práticas colaborativas que assegurem o desenvolvimento pleno de todas as crianças.

**Palavras-chave:** Ludicidade; Inclusão Escolar; Desenvolvimento Infantil; Família; Escola.

## ABSTRACT

This study examines the importance of playfulness as a pedagogical tool for promoting the school inclusion of children with disabilities, emphasizing the integrated role of the family, the school, and society in this process. This qualitative, bibliographic research was based on scientific articles, legislation, and official documents published between 2015 and 2024, identifying how play contributes to cognitive, psychomotor, social, and

<sup>1</sup> Professor Regente dos Cursos Superiores de Bacharelado e Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas do Movimento Humano (GEPMOV-UNIASSELVI). Mestre em Educação – Área: Ludicidade e Recreação (Universidad ISEP/México). E-mail: saimo.souza@regente.uniasselvi.com.br

<sup>2</sup> Professora Mediadora dos Cursos Superiores de Bacharelado e Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas do Movimento Humano (GEPMOV-UNIASSELVI). Especialista em Educação Inclusiva e Envelhecimento Saudável (UNIASSELVI). E-mail: anna.abreu@mediador.uniasselvi.com.br

<sup>3</sup> Coordenadora dos Cursos Superiores de Bacharelado e Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas do Movimento Humano (GEPMOV-UNIASSELVI). Doutora em Ciências do Movimento Humano – Área: Representações Sociais do Movimento Humano (PPGCMH/UFRGS). E-mail: vanessa.lyra@uniasselvi.com.br



emotional development. The findings show that playfulness supports meaningful learning, strengthens affective bonds, and fosters accessible and welcoming environments, making it essential for inclusive educational practices. The study also highlights that effective inclusion depends on the collaboration among social agents: the family, responsible for emotional support and continuity of learning; the school, which must intentionally plan playful pedagogical strategies; and society, which must ensure public policies, inclusive attitudes, and adequate structural conditions. It is concluded that integrating playfulness and inclusion strengthens the construction of a humanized, democratic, and diversity-sensitive educational environment, reaffirming the need for collaborative practices that ensure the full development of all children.

**Keywords:** Playfulness; School Inclusion; Child Development; Family; School.

## INTRODUÇÃO

A inclusão escolar representa um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das mais nobres conquistas da educação contemporânea. No contexto brasileiro, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) assegura o direito de todas as pessoas à educação de qualidade, garantindo igualdade de oportunidades e a eliminação de barreiras que possam limitar a participação plena de alunos com deficiência. Nesse cenário, a ludicidade se destaca como uma ferramenta essencial para promover o desenvolvimento integral e a inclusão efetiva, favorecendo aprendizagens significativas por meio do brincar, da interação e da criatividade. Ao permitir que a criança explore, descubra e se relacione com o mundo de forma prazerosa e espontânea, o lúdico transforma o ambiente educativo em um espaço de acolhimento, respeito e desenvolvimento humano.

A escola, como espaço privilegiado de formação social e cognitiva, tem papel determinante nesse processo. É nela que se materializam as práticas pedagógicas capazes de transformar o convívio e a aprendizagem em experiências de inclusão e equidade. O professor, ao empregar atividades lúdicas, contribui para o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e socioemocional dos alunos, despertando o interesse, a autonomia e o protagonismo infantil. A ludicidade, portanto, não é apenas um recurso recreativo, mas um meio pedagógico de mediação entre o conhecimento e a realidade do estudante, capaz de atender às suas especificidades e potencializar suas habilidades.

Entretanto, a efetivação da inclusão não pode ser compreendida como responsabilidade exclusiva da escola. A família exerce influência decisiva nesse processo, pois constitui o primeiro ambiente de socialização, afetividade e formação de valores da criança. O envolvimento familiar, por meio do incentivo, da participação e do apoio emocional, é fundamental para fortalecer a autoestima e o senso de pertencimento do aluno com deficiência. Ao mesmo tempo, a sociedade, representada pelas políticas públicas, instituições e pela própria comunidade, desempenha papel de corresponsabilidade na construção de uma cultura inclusiva que valorize a diversidade e promova a equidade. Assim, o sucesso da inclusão depende da interação colaborativa entre esses três pilares (família, escola e sociedade), sustentados por práticas educativas que utilizem o brincar como instrumento de transformação social e pedagógica.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de compreender o brincar como direito e linguagem universal da infância, reconhecendo seu potencial pedagógico na formação de indivíduos mais criativos, autônomos e cooperativos. A ludicidade, quando planejada de forma intencional, torna-se um instrumento de aprendizagem ativa e de promoção de vínculos afetivos, fundamentais à construção de um ambiente escolar acessível e acolhedor. Além disso, discutir a corresponsabilidade entre família, escola e sociedade é essencial para consolidar práticas que valorizem a diversidade e combatam o preconceito. Assim, refletir sobre o impacto da ludicidade na inclusão permite ampliar o entendimento sobre a educação como espaço de transformação social, no qual cada criança, independentemente de suas limitações, tem o direito de aprender, conviver e se desenvolver plenamente.



## METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, desenvolvida a partir da análise de artigos científicos, livros, legislações e documentos oficiais publicados entre 2015 e 2024. O objetivo foi compreender como a ludicidade contribui para a inclusão escolar de crianças com deficiência, tendo como referência o papel da família, da escola e da sociedade.

A pesquisa bibliográfica permitiu reunir, comparar e interpretar conceitos teóricos sobre desenvolvimento infantil, práticas pedagógicas lúdicas e políticas de inclusão. As fontes foram selecionadas em bases como *SciELO*, Google Acadêmico e Periódicos CAPES, priorizando materiais relevantes, atualizados e com fundamentação científica.

A coleta de dados envolveu levantamento de publicações por meio de descritores como ludicidade, inclusão escolar, desenvolvimento infantil, práticas lúdicas e educação especial. Após a seleção do material, os textos foram organizados e analisados por meio da análise de conteúdo, permitindo identificar categorias centrais relacionadas ao brincar, ao desenvolvimento integral e à mediação dos diferentes agentes sociais.

Essa metodologia possibilitou compreender, de forma sistematizada e crítica, a importância do brincar como mediador da inclusão e como instrumento de promoção de ambientes educativos acessíveis e acolhedores.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor organizar e sistematizar as principais evidências teóricas identificadas na revisão, este estudo apresenta três quadros sintéticos que reúnem as contribuições mais relevantes dos autores analisados. O Quadro 1 reúne pesquisas que discutem como o ambiente escolar, o currículo, a formação docente e as práticas pedagógicas influenciam diretamente o processo de inclusão. O Quadro 2 destaca investigações que abordam a importância do apoio familiar, da participação ativa dos responsáveis e da parceria família-escola para o desenvolvimento e a inclusão de crianças com deficiência. Já o Quadro 3 apresenta estudos que evidenciam a relevância do brincar, dos ambientes acessíveis e das políticas públicas para a construção de práticas inclusivas, reconhecendo a ludicidade como elemento fundamental para o desenvolvimento integral e para a promoção de uma cultura educativa sensível à diversidade. Esses quadros possibilitam uma visão clara e organizada da literatura, favorecendo a compreensão dos principais eixos que sustentam a discussão sobre ludicidade e inclusão.

**Quadro 1.** Estudos sobre o Papel da Escola.

Autoria (Ano)	Objetivo	Conclusão
GOMES; SILVA; BOURGEOIS (2023)	Analisar estratégias de inclusão na escola regular.	Inclusão depende da formação docente e apoios pedagógicos.
REGO; SOUSA (2021)	Investigar implicações da inclusão no currículo escolar.	Curriculum deve ser flexível e eliminar barreiras.
DIAS; ANTUNES (2023)	Compreender o papel da escola no desenvolvimento humano.	Envolvimento docente fortalece a inclusão.
LIBÂNEO et al. (2022)	Discutir papel da escola e professores.	Professor desenvolve autonomia e pensamento crítico.
MAIA et al. (2020)	Analisar o papel docente na educação inclusiva.	Formação continuada é essencial.
BATISTA; CARDOSO (2020)	Avaliar práticas inclusivas e ludicidade.	Ludicidade favorece autoestima e participação.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

**Quadro 2.** Estudos sobre o Papel da Família.

Autoria (Ano)	Objetivo	Conclusão
LIMA et al. (2022)	Investigar participação da família na inclusão.	Apoio familiar é decisivo para evolução da criança.
TOMÉ; MARTINS; GIMENEZ (2024)	Analizar parceria família-escola.	Cooperação fortalece a inclusão.
BRASIL (2023)	Orientar práticas inclusivas com participação da família.	Participação ativa fortalece aprendizagem.
BRASIL (2015)	Garantir direitos à pessoa com deficiência.	Família é parte essencial da rede de apoio.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

**Quadro 3.** Estudos sobre Ludicidade e Sociedade.

Autoria (Ano)	Objetivo	Conclusão
ROSÁRIO et al. (2022)	Estudar o papel da ludicidade no desenvolvimento infantil.	Brincar favorece criatividade e inclusão.
SILVA et al. (2023)	Avaliar práticas lúdicas como inclusão.	Ludicidade estimula desenvolvimento integral.
SODRÉ (2018)	Relacionar espaço escolar e brincar.	Ambientes adaptados favorecem desenvolvimento.
MATOS (2024)	Analizar desafios da educação especial.	Inclusão exige adaptações físicas e sociais.
BATISTA; CARDOSO (2020)	Investigar ludicidade como prática inclusiva.	Ludicidade fortalece aspectos sociais.
BRASIL (2024)	Apresentar diretrizes de equidade na educação infantil.	Ambientes acessíveis garantem equidade.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A educação de alunos com necessidades educacionais especiais é um tema de crescente relevância na sociedade contemporânea. No Brasil, a legislação já defende a educação desses alunos em escolas regulares, promovendo sua inclusão no ambiente escolar. No entanto, apesar do consenso sobre a importância da inclusão, os desafios para efetivar essa política ainda são numerosos. Gomes, Silva e Bourgeois (2023) ressalta a necessidade de investigar a formação dos professores e a organização do trabalho docente, considerando a heterogeneidade dos alunos e os apoios pedagógicos disponíveis.

No artigo "Inclusão escolar e suas implicações para o currículo", Rego e Sousa (2021) discutem como a inclusão escolar, especialmente de alunos com deficiência, impacta diretamente o planejamento e a execução curricular nas escolas. Os autores destacam que, para promover uma educação inclusiva de fato, é necessário que o currículo seja flexível, atendendo às necessidades de todos os alunos, garantindo a equidade no processo de aprendizagem. A inclusão, nesse contexto, exige uma adaptação tanto nas estratégias pedagógicas quanto nos materiais didáticos utilizados, buscando a eliminação de barreiras que possam prejudicar a participação plena dos estudantes. Como apontam, "a inclusão escolar demanda uma reformulação do currículo, que deve ser pensado para acolher a diversidade e promover a igualdade de oportunidades" (REGO; SOUSA, 2021, p. 53). Dias e Antunes (2023) complementa essa ideia ao afirmar que a escola deve ser um espaço que promove o desenvolvimento cultural e humano, enfatizando a importância da interação e do envolvimento dos professores no processo de ensino-aprendizagem.

A educação inclusiva não se resume à presença dos alunos com necessidades educacionais especiais nas salas de aula; é essencial que os professores adotem uma prática pedagógica que considere as características e potencialidades de cada aluno. Libâneo et al. (2022) argumentam que a educação deve valorizar o conhecimento científico e a abstração, enfatizando que a escola e seus professores são fundamentais para a promoção do

pensamento crítico e do desenvolvimento das habilidades dos alunos, principalmente daqueles com deficiência intelectual (BERTOLIN, 2015).

Segundo Maia et al. (2020), o papel do professor é crucial na educação inclusiva, pois eles são responsáveis por direcionar o processo pedagógico e criar as condições necessárias para a apropriação do conhecimento. A formação contínua dos professores é uma necessidade premente para que possam atender adequadamente às diversas necessidades de seus alunos (BRASIL, 2023). A pedagogia do esporte inclusiva deve promover um ambiente acolhedor e um suporte pedagógico que atenda às particularidades de cada estudante (BATISTA; CARDOSO, 2020).

Além disso, os professores desempenham um papel vital no desenvolvimento socioemocional dos alunos e psicomotor especialmente no que diz respeito à interação social e à autoestima, aspectos que se tornam ainda mais significativos para alunos com necessidades educacionais especiais (BATISTA; CARDOSO, 2020). Portanto, a colaboração entre professores, pais e profissionais de apoio é essencial para garantir o sucesso da inclusão escolar (BRASIL, 2023).

A família é um dos pilares fundamentais na educação inclusiva, atuando como um suporte emocional e prático para crianças com necessidades educacionais especiais. Ela é o primeiro ambiente de socialização e aprendizagem, e seu papel é essencial para promover a aceitação da diversidade e a autoestima positiva das crianças (BRASIL, 2023).

Os pais muitas vezes se tornam defensores dos direitos de seus filhos, lutando para garantir que recebam a educação e o apoio adequados. Essa defesa pode incluir a participação em processos de planejamento educacional individualizado e a colaboração com a escola para assegurar que as necessidades do aluno sejam atendidas (LIMA et al., 2022). No entanto, Tomé, Martins e Gimenez (2024) destacam que as famílias enfrentam desafios significativos, como estigmas sociais e a falta de apoio da sociedade, o que pode dificultar sua participação na educação inclusiva.

Para que a família possa desempenhar um papel efetivo na educação inclusiva, é necessário um esforço colaborativo entre a família, a escola e outros profissionais envolvidos. Uma abordagem centrada na criança e uma cultura de parceria são essenciais para garantir que as necessidades de cada família sejam reconhecidas e respeitadas (BRASIL, 2023).

Além disso, a família pode influenciar positivamente o desenvolvimento emocional, psicomotor e social da criança, ajudando-a a superar desafios e desenvolver confiança em si mesma (BRASIL, 2023). A participação ativa dos pais na vida escolar, como comparecer a reuniões e eventos, demonstra o valor que atribuem à educação, incentivando um maior engajamento e sucesso acadêmico (LIMA et al., 2022).

Contudo, é crucial reconhecer que nem todas as famílias têm acesso igual a recursos e suporte, especialmente aquelas que pertencem a grupos minoritários ou de baixa renda. Os sistemas de suporte social e educacional devem trabalhar para eliminar essas disparidades e garantir que todas as famílias tenham as ferramentas necessárias para apoiar seus filhos (BRASIL, 2015).

A Lei de Inclusão nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2021) representa um marco importante na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, estabelecendo diretrizes para a sua inclusão no sistema educacional e na sociedade como um todo. Essa legislação visa assegurar, em igualdade de condições, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, promovendo a inclusão social e a cidadania.

Entretanto, a implementação dessa lei não é isenta de desafios, especialmente para os educadores que precisam integrar alunos com necessidades especiais em turmas regulares. A escola, como principal instituição de construção do conhecimento, deve enfrentar o desafio de se tornar inclusiva. Leite (2020) destaca que, apesar das sociedades parecerem homogêneas, elas são, na verdade, multiculturais e repletas de diferenças. Portanto, é imprescindível que a escola reconheça e valorize essas diferenças, criando um ambiente que não exclua, mas que acolha todos os alunos, independentemente de suas características.

A educação inclusiva requer uma análise criteriosa das necessidades dos alunos com deficiência, e é dever do Estado, da família e da comunidade escolar assegurar uma educação de qualidade que os proteja contra a violência e a discriminação (BRASIL, 2015). O Art. 27 da Lei de Inclusão afirma que a educação é um direito

fundamental, e o Art. 28 descreve as responsabilidades do poder público em assegurar um sistema educacional inclusivo, incluindo o desenvolvimento de métodos pedagógicos adaptados.

Gomes, Silva e Bourgeois (2023) enfatiza o papel crucial do professor na promoção da formação humana, destacando que o educador deve intervir nas atividades que o aluno ainda não consegue realizar autonomamente. Essa intervenção é fundamental para que o aluno se sinta capaz e confiante em suas habilidades. Nesse sentido, a atuação docente deve ser pautada no desenvolvimento psicossocial de todos os alunos, buscando formas de inclusão que respeitem suas individualidades.

A estrutura física da escola e a organização do espaço são fatores determinantes para o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e social dos alunos, uma vez que ambientes adequadamente projetados permitem a exploração, interação e aprendizagem ativa (SODRÉ, 2018). Além disso, a inclusão escolar não se resume ao compromisso pedagógico: exige reestruturação das práticas e do ambiente escolar. Em muitas escolas ainda há carência de adaptações físicas e de recursos específicos que garantam acessibilidade e participação plena no currículo (MATOS, 2024). Assim, é imprescindível que o projeto político-pedagógico das escolas incorpore não apenas novas práticas curriculares, mas também intervenções no ambiente físico para viabilizar uma educação verdadeiramente inclusiva.

A capacitação dos professores é um elemento crucial nesse processo de inclusão. É necessário que os educadores estejam preparados para lidar com as diferenças e desafios que surgem em sala de aula, desenvolvendo estratégias que garantam o acesso e a permanência de todos os alunos (BRASIL, 2023). Além disso, as escolas precisam promover cursos de formação continuada que abordem as necessidades educacionais especiais, de modo a construir uma prática pedagógica que atenda a todos os alunos sem estígmas (BRASIL, 2023; LIMA; MARTINS, 2022).

A Lei de Inclusão estabelece diretrizes que vão além do acesso à escola, enfatizando a importância de uma educação de qualidade que respeite as características e interesses de cada aluno. A adoção de medidas individualizadas e coletivas é essencial para garantir que todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência, tenham acesso pleno ao currículo em condições de igualdade (TOMÉ; MARTINS; GIMENEZ, 2024).

A colaboração entre a escola, os professores, as famílias e a comunidade é fundamental para garantir os direitos das pessoas com deficiência e promover uma educação verdadeiramente inclusiva e igualitária. Essa parceria é necessária para superar barreiras e desafios, criando um ambiente educacional que valorize a diversidade e promova a cidadania (BRASIL, 2023). Portanto, é imperativo que os professores se engajem ativamente na desmistificação das relações sociais, buscando constantemente entender como melhor atender os alunos com necessidades especiais e contribuir para sua plena inclusão na sociedade e para saúde.

A ludicidade na educação infantil é um elemento essencial para a promoção da inclusão, pois proporciona um ambiente educacional que valoriza a diversidade e atende às necessidades individuais de todos os alunos. O brincar, além de ser uma atividade intrinsecamente prazerosa para as crianças, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, emocional, social e motor dos pequenos. Nesse contexto, é fundamental compreender como a ludicidade pode ser uma ferramenta poderosa para garantir a participação e o engajamento de todas as crianças, incluindo aquelas com necessidades educacionais especiais (BATISTA; CARDOSO, 2020).

Ao explorar a ludicidade como uma abordagem inclusiva na educação, Silva et al. (2023) destacam a importância de analisar as práticas pedagógicas que utilizam o brincar como estratégia de inclusão. Isso envolve entender os desafios enfrentados pelos educadores, as potencialidades das atividades lúdicas e os impactos dessas práticas no desenvolvimento das crianças. A partir dessa análise, é possível propor diretrizes e recomendações para a implementação de práticas inclusivas baseadas na ludicidade, visando criar ambientes educacionais acolhedores, acessíveis e significativos para todas as crianças.

A ludicidade na educação é crucial para o desenvolvimento das crianças, pois proporciona um ambiente estimulante e favorável ao aprendizado. Batista e Cardoso (2020) afirmam que, ao envolver as crianças em atividades lúdicas, como jogos e brincadeiras, os educadores promovem uma aprendizagem mais dinâmica e participativa, despertando o interesse e a curiosidade dos alunos. Essas experiências permitem que as crianças



exporem diferentes aspectos do mundo ao seu redor, desenvolvendo habilidades cognitivas, motoras, sociais e emocionais de maneira integrada.

Além disso, o brincar é uma forma natural de expressão para as crianças, permitindo-lhes experimentar papéis e resolver problemas de forma criativa. Durante as atividades lúdicas, elas têm a liberdade de explorar o mundo ao seu próprio ritmo, favorecendo o desenvolvimento da autonomia e da autoconfiança. As brincadeiras também proporcionam oportunidades para interações sociais, desenvolvendo habilidades essenciais para a vida em sociedade (ROSÁRIO et al., 2022).

Conforme observado por Batista e Cardoso (2020), as atividades lúdicas na educação impactam significativamente o desenvolvimento cognitivo das crianças. Assim, o lúdico não apenas enriquece o processo de ensino-aprendizagem, mas também forma uma base sólida de conhecimentos e habilidades para a vida acadêmica e pessoal das crianças.

É importante ressaltar que, segundo Rosário (2022), a ludicidade não se limita a atividades recreativas, mas pode ser integrada ao currículo escolar de forma transversal. Ao incorporar elementos lúdicos nas aulas, os educadores tornam o aprendizado mais dinâmico e prazeroso, contribuindo para a formação de indivíduos mais criativos e críticos.

Na educação inclusiva, a ludicidade tem um papel ainda mais relevante, criando um ambiente que valoriza a diversidade e atende às necessidades individuais de todos os alunos. Crianças com necessidades educacionais especiais se beneficiam de atividades que estimulam seu desenvolvimento respeitando seus ritmos e potenciais (SILVA et al., 2023).

Rosário (2022) também destaca que a ludicidade promove a participação ativa e o engajamento das crianças no processo de aprendizagem, tornando-o mais dinâmico e significativo. Ao valorizar a ludicidade, educadores podem criar ambientes acolhedores que promovem o desenvolvimento integral e o bem-estar de cada aluno.

## CONCLUSÃO

O presente estudo permitiu compreender que a ludicidade desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão escolar de crianças com deficiência, contribuindo significativamente para seu desenvolvimento cognitivo, psicomotor, social e emocional. Ao analisar a literatura, constatou-se que o brincar, quando utilizado de forma intencional e pedagógica, torna o ambiente escolar mais acessível, acolhedor e significativo, favorecendo aprendizagens ativas e a construção de vínculos afetivos.

Os resultados demonstram que a inclusão não depende apenas de práticas escolares, mas da articulação entre três pilares essenciais: a família, responsável pelo apoio emocional e pela continuidade das experiências educativas; a escola, que deve planejar práticas lúdicas diversificadas e inclusivas; e a sociedade, que precisa garantir políticas públicas, estruturas adequadas e atitudes que valorizem a diversidade. Essa cooperação é indispensável para assegurar que todas as crianças tenham oportunidades reais de participação e desenvolvimento pleno.

Conclui-se que integrar a ludicidade às práticas pedagógicas amplia o potencial da educação inclusiva, fortalecendo uma abordagem humanizada, democrática e sensível às diferenças. Embora este estudo tenha se baseado exclusivamente em fontes bibliográficas, seus achados reforçam a necessidade de novas pesquisas que aprofundem a aplicação prática das atividades lúdicas no cotidiano escolar, bem como estratégias de formação continuada para professores.



# REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. L. de Q.; DIAS, R. da C. C. Currículo, saberes e docência: entrelaçando caminhos na educação escolar quilombola. *Acta Scientiarum. Education*, v. 45, e60501, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v45i1.60501>. Acesso em: 18 nov. 2025.

BATISTA, L. A.; CARDOSO, M. D. de O. Educação inclusiva: desafios e percepções na contemporaneidade. *Revista Educação Pública*, v. 20, n. 44, 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/44/educacao-inclusiva-desafios-e-percepcao-na-contemporaneidade>. Acesso em: 18 nov. 2025.

BRASIL. Cartilha da educação na diversidade. Ministério da Educação, 2023. Disponível em: <https://plataformaintegrada.mec.gov.br/sobre>. Acesso em: 18 nov. 2025.

BRASIL. Diretrizes operacionais de qualidade e equidade na educação infantil. Ministério da Educação, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/>. Acesso em: 18 nov. 2025.

BRASIL. Educar na diversidade: material de formação docente. 3. ed. Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/educarnadiversidade2006.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 18 nov. 2025.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 18 nov. 2025.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação, 2023. Disponível em: [https://arquivos.ufrrj.br/arquivos/2021109223b79925641519930516224b1/politica\\_nacional\\_de\\_educacao\\_especial\\_na\\_perspectiva\\_da\\_educacao\\_inclusiva\\_0512.pdf](https://arquivos.ufrrj.br/arquivos/2021109223b79925641519930516224b1/politica_nacional_de_educacao_especial_na_perspectiva_da_educacao_inclusiva_0512.pdf). Acesso em: 18 nov. 2025.

GOMES, A. D. F.; SILVA, C. R.; BOURGEOIS, V. E. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 29, n. 2, p. 223-238, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-6538252300020000>. Acesso em: 18 nov. 2025.

LEITE, A. Educação inclusiva: direitos humanos e práticas educativas. *Cadernos de Pesquisa*, v. 50, n. 2, p. 345-366, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-42682020250115>. Acesso em: 18 nov. 2025.

LIBÂNEO, J. C. et al. (Orgs.). Didática e formação de professores: embates com as políticas curriculares neoliberais. Goiânia: Cegraf/UFG, 2022. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/Didatica\\_e\\_formacao\\_de\\_professores.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/Didatica_e_formacao_de_professores.pdf).

LIMA, G. L. S.; PRASERES, T. V. S.; MACCARI OLIVEIRA, M. W.; FREITAS, M. C. O papel da família durante o processo de inclusão escolar de crianças diagnosticadas com transtorno do espectro autista. *Revista de*



Casos e Consultoria, v. 13, n. 1, e30413, 2022. Disponível em:  
<https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/30413>. Acesso em: 18 nov. 2025.

MAIA, M. N. F. da S. et al. O papel do professor na educação inclusiva. In: ANAIS EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA NA CONTEMPORANEIDADE. Amplamente Cursos, 2019. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/AmplamenteCursos/237717-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA>. Acesso em: 18 nov. 2025.

MATOS, Maria Aparecida Rabelo de Sousa. Inclusão escolar: desafios e práticas na Educação Especial. Revista Interseção, v. 3, n. 2, 2024. Disponível em: <https://revistaintersecao.com/intersecao/article/view/258>. Acesso em: 13 nov. 2025.

REGO, J. G. de O.; SOUSA, M. G. dos S. Inclusão escolar e suas implicações para o currículo. Cadernos de Educação, v. 17, n. 1, p. 45-60, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14482/2316-1358.2021.v17n1.65287>. Acesso em: 18 nov. 2025.

ROSÁRIO, A. B. et al. A ludicidade na educação infantil: uma ferramenta essencial para o desenvolvimento integral da criança. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v. 5, n. 8, p. 173-187, 2022. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/jogar-brincar>. Acesso em: 18 nov. 2025.

SODRÉ, L. G. P. Políticas públicas e estudos sobre o espaço escolar e o brincar: reflexões para o desenvolvimento psicomotor da criança. Educação & Formação, v. 3, n. 8, p. 140–152, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/628>. Acesso em: 13 nov. 2025.

TOMÉ, A. da S.; MARTINS, I. C.; GIMENEZ, R. Educação inclusiva e a relação família-escola. Diversidade e Educação, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 560-588, 26 jan. 2024. Universidade Federal do Rio Grande. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14295/de.v11i2.15737>. Acesso em: 18 nov. 2025.